

ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	9
Delfim Rodrigues	
Francisco Pavão	
PREFÁCIO	13
Augusto Santos Silva	
2. REFLEXÕES PÓS-PANDEMIA	19
2.1 GLOBALIZAÇÃO E GOVERNAÇÃO MUNDIAL	21
António Martins da Cruz	
2.2 A NOVA ÉPOCA DA SAÚDE GLOBAL	33
Adalberto Campos Fernandes	
2.3 DIREITOS HUMANOS, PAZ E DESENVOLVIMENTO: O LUGAR DA DIPLOMACIA NA SAÚDE GLOBAL	43
Ana Isabel Xavier	
3. DESAFIOS GLOBAIS EM SAÚDE	57
3.1 UMA SÓ SAÚDE, DESAFIO GLOBAL	59
António Correia de Campos	
3.2 DETERMINANTES DA SAÚDE	69
Diogo Costa, Guilherme Duarte e Rita Sá Machado	
3.3 ACESSO UNIVERSAL À SAÚDE	81
Amish Laxmidas e Ricardo Baptista Leite	

3.4	ACESSO A MEDICAMENTOS E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	89
	Ana Paula Martins, Eurico de Castro Alves, Hélder Mota Filipe, Helena Farinha	
3.5	PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EPIDEMIAS	99
	Júlio Gouveia-Carvalho, Ricardo Mexia e Sílvia Sousa	
3.6	RESISTÊNCIA AOS ANTIMICROBIANOS	109
	Jorge Pinto Ferreira e Helena Ponte	
3.7	UNIÃO EUROPEIA DA SAÚDE	121
	João Vieira Martins e Sara Cerdas	
4.	DIPLOMACIA E SAÚDE	131
4.1	DIPLOMACIA E SAÚDE GLOBAL	133
	Ana Gomes	
4.2	NAÇÕES UNIDAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	147
	Rui Macieira	
4.3	PORTUGAL NA <i>CHAMPIONS LEAGUE</i> DAS INSTITUIÇÕES MÉDICAS INTERNACIONAIS	155
	Almeida Sampaio	
5.	REDE LUSÓFONA, COOPERAÇÃO E DIPLOMACIA CIENTÍFICA	161
5.1	CAMÕES IP (INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA)	163
	João Ribeiro de Almeida	
5.2	A CPLP NA AGENDA INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO NO PÓS-COVID	173
	Manuel Clarote Lapão	
5.3	O INSTITUTO DE HIGIENE E MEDICINA TROPICAL DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	189
	Filomena Pereira, Filomeno Fortes e Miguel Viveiros	
5.4	PLATAFORMA DAS ONG	199
	Ana Patrícia Fonseca	

ÍNDICE

5.5	CONTRIBUTO DA ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR	209
	A – REDE LUSÓFONA, COOPERAÇÃO E DIPLOMACIA CIENTÍFICA	209
	José Carlos Freixinho	
	B – REDE LUSÓFONA, COOPERAÇÃO E DIPLOMACIA CIENTÍFICA	217
	Carlos Andrade Costa	
5.6	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	221
	Carla Vieira	
6.	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS	227
6.1	INSTITUTO DIPLOMÁTICO	229
	Graça Gonçalves Pereira	
6.2	A CESPU E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO DA SAÚDE	239
	António Almeida Dias	
6.3	ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA (ENSP)	249
	Alexandre Abrantes, Carla Nunes e Rui Santana	
6.4	TRABALHO EM REDE PARA A FORMAÇÃO DE ADMINISTRADORES HOSPITALARES/GESTORES	257
	Ana Escoval	
7.	POSFÁCIO	267
7.1	O SALTO QUALITATIVO DAS DEPENDÊNCIAS PARA AS LIGAÇÕES	269
	Miguel Guimarães – Bastonário da Ordem dos Médicos	
7.2	DIPLOMACIA E SAÚDE GLOBAL	275
	Alexandre Lourenço – Presidente da APAH	
	SOBRE OS COORDENADORES	281
	SOBRE OS AUTORES	283

1. NOTA INTRODUTÓRIA

As primeiras linhas introdutórias deste livro que nos propomos a organizar, para dar a conhecer a importância da diplomacia e da saúde global, foram escritas entre a bonita cidade de Guimarães, berço de Portugal, e a luminosa Luanda, capital deste grande país que é Angola. É até nossa convicção de que esta buliçosa cidade ainda povoa o imaginário de muitas famílias portuguesas, tão importante é o seu passado histórico como forte é a fraternidade que nos une e que está plasmada numa vasta comunidade ligada, entre tantas outras coisas, por uma língua comum que comemoramos a cada quinto dia do mês de maio de cada ano.

A partir dos dois hemisférios vamos lendo e ouvindo com a maior atenção as notícias que nos chegam sobre a epidemia vinda há um ano do Oriente e que rapidamente ganhou dimensão universal, semeando estragos irreparáveis por onde passou, de acordo com as medidas que cada país e governo souberam ou puderam enfrentar. Nestes tempos de enorme incerteza e preocupantes consequências económicas e sociais, os Estados passaram a colocar a saúde como tema central da sua política externa, pelo que a dimensão da saúde global ganhou um novo protagonismo e relevância, dada a necessidade de uma abordagem estratégica interdependente e de uma resposta política por parte dos países, organizações internacionais, agentes privados e muitos outros atores em face das questões internacionais da saúde.

Foi na cidade da Praia, capital deste belo país multi-insular chamado Cabo-Verde, no início do ano de 2018, que nos encontrámos

com tantos colegas nossos, também eles participantes nos trabalhos do congresso da Ordem dos Médicos cabo-verdianos e da Assembleia Geral da Comunidade Médica de Língua Portuguesa, CMLP. Desde então, temos trocado muitas impressões e ideias e realizado encontros ou trabalhos no âmbito da saúde global e da diplomacia da saúde. De facto, além do gosto e da motivação pessoal que partilhamos, cruzámos também funções nas diferentes associações profissionais que representamos, em que ambas têm como missão o reforço e o desenvolvimento dos sistemas de saúde. Atualmente, é fundamental que o aprofundamento dos seus recursos, das suas competências e das suas oportunidades considere importante a saúde global e as relações entre os seus diversos interessados e participantes.

O Governo de Portugal, no mesmo ano, por proposta do Ministério da Saúde, decidiu criar o Alto Comissariado para a Saúde Global. Foi uma excelente decisão confiada ao Dr. José Martins Nunes, médico e experiente diplomata da área da saúde, responsável pela integração do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra (CHUC) na M8Alliance e por representar Portugal nos mais importantes fóruns internacionais da saúde. Este alto comissariado, além da implementação estratégica da cooperação em saúde, da identificação dos desafios e das oportunidades no âmbito da saúde internacional, teria ainda o papel fundamental de preparar o país para eventos emergentes em saúde pública. Todavia, na sequência das alterações políticas do sector, não lhe foram atribuídos o valor e a importância que lhe eram devidos e necessários, tendo Portugal ficado esvaziado e mais uma vez longe dos seus parceiros europeus.

As atuais circunstâncias sanitárias em que vivemos desde 11 de março de 2020, data em que foi declarada a pandemia por SARs-CoV-2 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), permitem-nos retirar muitas e importantes lições, no espaço interno e externo, sendo que neste cenário deve Portugal, aproveitando o seu posicionamento geoestratégico e geopolítico, criar uma agenda conjunta de diplomacia e de saúde.

Este pretende ser o nosso real objetivo e grande contributo com a edição de *Diplomacia e Saúde Global*, no qual reunimos distintos

diplomatas, reputados especialistas, políticos experientes, mas sobretudo sugestões e reflexões que nos ajudarão a pensar e a delinear estratégias para o futuro próximo.

O LIVRO

As «Reflexões Pós-pandemia» introdutórias deste livro visam a (1) globalização e governação mundial, a (2) nova época da saúde global e (3) os direitos humanos, paz e desenvolvimento, ficaram a cargo de três membros que, com os coordenadores, constituem o Gabinete de Diplomacia da Saúde da Ordem dos Médicos, criado em 2019.

A análise prossegue com a abordagem aos temas emergentes em saúde, sob a intervenção e explicação de académicos e políticos sobre os «Desafios Globais em Saúde».

Como bem se compreende, a diplomacia tem, neste livro, um justificado protagonismo, com o contributo dos senhores embaixadores Ana Gomes, António Almeida Sampaio e Rui Macieira, a nosso ver essenciais para que se possa perceber a articulação entre a diplomacia e a saúde.

A «Rede Lusófona, Cooperação e Diplomacia Científica» são também escrutinadas e alvo de profunda reflexão com distintos contributos do Camões IP, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), do Instituto Higiene e Medicina Tropical (IHMT), da Cruz Vermelha Portuguesa e da Plataforma das ONG.

Também quisemos evidenciar o importante papel da formação no contexto dos profissionais da saúde, mas também de outras áreas académicas e científicas, pois só com esta possibilidade e projetos conjuntos nos poderemos diferenciar internacionalmente. O Instituto Diplomático tem sido instrumental para a promoção e divulgação da importância da saúde global e também para a projeção da diplomacia da saúde. As participações, intervenções e atenção demonstradas pelo Senhor Embaixador José Freitas Ferraz tem sido por nos muito apreciada, merecendo destaque dado o seu enorme contributo. Cabe aqui também uma merecida referência à Cooperativa de Ensino Superior

Politécnico e Universitário (CESPU) e à Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), cuja dimensão e experiência na área da formação em saúde muito contribuíram para este nosso trabalho.

Em bom rigor, deve-se à Ordem dos Médicos e à Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares não apenas o seu enorme contributo, mas também um particular incentivo para que este debate se concretize com a consequente partilha de ideias e saberes obtidos ao longo dos últimos anos.

Não seríamos justos se aqui não ficasse registado os apoios à participação no Fórum Diplomacia da Saúde (Porto, 2018, e Lisboa, 2019), à formação dos novos adidos diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, à organização da conferência sobre o impacto na diplomacia, economia e saúde da COVID-19, mas também à promoção do ciclo de palestras da saúde global e diplomacia da saúde com o IHMT e à reflexão sobre o pós-pandemia e a diplomacia das vacinas, que são exemplos bastantes do interesse e do trabalho realizado para a dinâmica deste tema.

Dada a forma empenhada, a permanente disponibilidade e as valiosas sugestões que o senhor bastonário da Ordem dos Médicos, o Dr. Miguel Guimarães, e o senhor presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, o Dr. Alexandre Lourenço, nos fizeram chegar, aqui ficam os nossos sinceros agradecimentos e o testemunho da muita estima e elevada consideração.

Por fim, o nosso profundo agradecimento ao Senhor Professor Augusto Santos Silva, atual Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, pela sua pronta e importante colaboração no gentil prefácio desta obra.

Delfim Rodrigues

Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares

Francisco Pavão

Ordem dos Médicos

PREFÁCIO

Augusto Santos Silva

Ministro de Estado e Negócios Estrangeiros

1.

Refletir sobre diplomacia e saúde global ganha especial relevância quando o fazemos na situação pandémica em que vivemos há quase dois anos, razão pela qual felicito os coordenadores da obra, Delfim Rodrigues e Francisco Pavão, bem como todos os autores e a Editora Almedina. É com grande satisfação que dou o meu contributo para estas páginas iniciais. Fá-lo-ei através de uma retrospectiva sobre os acontecimentos mais significativos da pandemia como problema de saúde pública global até ao momento em que escrevo (fim de dezembro de 2021), destacando ao mesmo tempo a ação de Portugal no contexto internacional.

A data de 31 de dezembro de 2019 constitui o início da pandemia, pois foi o dia em que a representação da Organização Mundial da Saúde (OMS) na China¹ teve conhecimento da existência de casos de uma doença pneumónica na cidade de Wuhan, identificada dias depois como um coronavírus que veio a denominar-se SARS-CoV-2. As autoridades de saúde chinesas declararam o primeiro óbito por este vírus a 11 de janeiro de 2020, e no final desse mês estavam confirmados quase 6000 casos e 132 mortes. A 30 de janeiro, a OMS declarou este surto uma emergência de saúde pública de interesse

¹ Dados disponibilizados pela OMS. Organização Mundial de Saúde. (29 junho, 2020). *List of WHO's response to COVID-19*. <https://www.who.int/news/item/29-06-2020-covidtimeline>.

internacional, o mais alto nível de alarme, apesar de, àquela data, se registarem 98 casos e nenhuma morte em 18 países fora da China. Mas o desconhecimento sobre este coronavírus assim o exigiu.

Quando se lida com um vírus cujos sintomas são semelhantes aos de outras patologias comuns e de difícil deteção, além de surgirem variantes, mais complicado é conter a sua propagação. Para assegurar uma resposta eficaz, os Estados precisaram de criar medidas excepcionais e temporárias.

No caso de Portugal, em 18 de março de 2020 foi decretado o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, abrangendo todo o território nacional e, nos termos da Constituição, por um período de 15 dias (que veio a ser renovado sucessivamente). Pressupôs a suspensão ou restrição de determinados direitos, liberdades e garantias, nomeadamente o direito de deslocação, com o confinamento decretado por várias semanas.

2.

A evolução das infeções no mundo foi galopante, tendo atingido, no início de abril de 2020, mais de um milhão de casos e mais de 50 000 mortes. Não nos esqueceremos das imagens dos blocos hospitalares com internados por COVID-19, um pouco por todo o mundo, e do sentimento de vulnerabilidade que nos provocou.

Uma resposta a um fenómeno global, como uma pandemia, só consegue ser eficaz se for pensada e articulada globalmente. Em maio de 2020 realizou-se a 73.^a Assembleia Mundial da Saúde (em formato virtual, pela primeira vez na sua existência), na qual foi adotada, por consenso, uma resolução histórica para combater a pandemia COVID-19. Esta resolução apelou à intensificação dos esforços para controlar a pandemia, assegurando designadamente o acesso equitativo e a distribuição justa de todas as tecnologias e produtos essenciais para combater o vírus; além disso, apontou para o «impacto desproporcionalmente pesado da pandemia sobre os pobres e os mais vulneráveis», não apenas no campo da saúde, mas também da economia e da sociedade.

Estados, instituições e organizações internacionais, de um lado, e a comunidade científica mundial, do outro, estiveram inteiramente empenhados em desenvolver uma vacina para o vírus. Importa, por isso, referir a iniciativa do diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, e da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, de lançar o Conselho de Facilitação do Acelerador de Acesso às Ferramentas COVID-19 (ACT-Accelerator), para garantir que todos os países e populações tivessem (e tenham) acesso, de forma rápida e equitativa, às novas vacinas, terapêuticas e diagnósticos que o ACT-Accelerator viesse a desenvolver. No campo específico vacinação foi criado o mecanismo COVAX, liderado pela OMS e diversos parceiros internacionais, e apoiado, desde o início, por Portugal, que sempre partilhou a máxima da OMS de que «ninguém está seguro até todos estarmos seguros». Como defensor da cooperação internacional, multilateral ou bilateral, o nosso país decidiu que participaria na doação de vacinas no âmbito do COVAX.

A União Europeia esteve entre as primeiras entidades a iniciar um processo de vacinação maciça. Os líderes europeus haviam mandado a Comissão Europeia para proceder à aquisição, em nome dos Estados-membros, de quantidades substanciais de vacinas, assim criando condições, primeiro, para a rápida descoberta, teste e fabricação de vacinas e, depois, uma vez aprovadas pela Agência Europeia do Medicamento, começar a respetiva inoculação — o que teve lugar a partir dos últimos dias do ano de 2020.

Entretanto, em janeiro de 2021, a OMS validava o uso da primeira vacina e, logo em fevereiro, foi possível integrá-la nos esquemas de vacinação nacionais e no mecanismo COVAX — que estabeleceu como objetivo distribuir dois mil milhões de doses em 2021, particularmente nos países mais pobres e imunizar 27% dos seus cidadãos.

Portugal tem feito a sua parte. Ao mesmo tempo que conduzia o processo de vacinação da sua população, de alcance praticamente universal para a população elegível — atingindo os 87% do total de residentes no final de 2021 —, o nosso país empenhou-se em apoiar outros países, por duas vias complementares: uma foi o COVAX;

a outra, a cooperação bilateral com os parceiros principais, a saber, os países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste.

No momento em que redijo estas linhas, ascende a 3,7 milhões o número de vacinas doadas por Portugal no conjunto dessas vias e já entregues aos destinatários, e contamos ultrapassar os seis milhões nos primeiros meses de 2022. Além destas doações, disponibilizámos apoio técnico e formação por profissionais de saúde nas áreas de diagnóstico, medicina intensiva e investigação, e também havíamos, já em 2020, providenciado equipamentos de proteção individual e testes diagnóstico.

3.

Louvar o trabalho daqueles que têm estado na linha da frente nos cuidados e na assistência médica, na investigação científica e em todos os sectores que têm permitido mitigar os efeitos da pandemia, é uma obrigação de todos nós. A solidariedade tem de ser real e concreta.

Em 2020, no ano que pôs à prova a solidariedade e a resiliência da comunidade internacional, celebrou-se o centenário do nascimento da Sociedade das Nações e os 75 anos da Organização das Nações Unidas. Podemos identificar problemas e lacunas nesta arquitetura institucional internacional, mas sem ela teria sido seguramente mais difícil responder à pandemia. Creio que todos perceberam que nenhum Estado tem os recursos, o conhecimento ou a capacidade de lidar com um problema global como este vírus, e que a única resposta verdadeiramente eficaz deve combinar cooperação, negociação, concertação e solidariedade internacionais.

Durante a pandemia, a OMS destacou-se como uma organização internacional incontornável, pelo seu papel no apoio aos Estados, pela procura de uma resposta coordenada e como fórum de informações e concertação. Ganhámos também uma maior perceção da relevância da diplomacia da saúde global como experiência e prática política e diplomática, que deve ser conjugada com o conhecimento e os dados de saúde pública. Por fim, tivemos consciência de que a saúde é uma área crucial para a estabilidade social, económica e política, e de como

a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável não é uma abstração retórica. Pelo contrário: todos os 17 objetivos desta Agenda são importantes e estão interligados. Devemos pugnar por todos, mas, aqui, recordar em particular o objetivo n.º 3 — Saúde de qualidade.

Como a COVID-19 demonstrou, os desafios da saúde não ficam limitados por fronteiras ou por divisões geopolíticas ou ideológicas. A realidade impõe-nos a adoção de respostas abrangentes, inclusivas e coordenadas. E a diplomacia da saúde global é parte do sistema multilateral, uma vez que consiste em negociar instrumentos internacionais, como acordos e tratados, que sejam cientificamente confiáveis e politicamente exequíveis.

A presente obra é, sem dúvida, um contributo oportuno e relevante para uma das maiores urgências do nosso tempo.